

SUMÁRIO

PREFÁCIO – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.....	9
INTRODUÇÃO	15
1. NOVO SISTEMA RECURSAL CIVIL BRASILEIRO.....	19
1.1 Conceito de recurso.....	19
1.2 Natureza jurídica dos recursos.....	21
1.3 Diferenças entre recurso e ações impugnativas autônomas.....	24
1.4 Pronunciamentos judiciais sujeitos a recurso	25
1.4.1 Critério adotado pelo Código de Processo Civil.....	26
1.4.2 Insuficiência da classificação do Código de Processo Civil e a necessidade da inserção da <i>decisão-sentença</i> no sistema.....	28
1.4.3 Conceito de <i>decisão-sentença</i>	29
1.4.4 Recorribilidade	30
1.5 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	32
1.6 Retrospectiva histórica do sistema recursal civil brasileiro	40
1.7 Introdução de um novo sistema recursal.....	48
1.8 Algumas considerações sobre o sistema recursal vigente	54
2. PODERES DO RELATOR NOS TRIBUNAIS	60
2.1 Julgamento singular e julgamento colegiado	60
2.2 Ampliação dos poderes do relator (evolução legislativa)	63
2.3 A força da jurisprudência e a súmula vinculante.....	70
2.4 Poderes do relator nos recursos em geral	74
2.4.1 Inadmitir (não conhecer) o recurso	76
2.4.1.1 Recurso manifestamente inadmissível	76
2.4.1.2 Recurso manifestamente prejudicado	76
2.4.2 Negar provimento ao recurso.....	77
2.4.2.1 Recurso manifestamente improcedente	77
2.4.2.2 Recurso contrário à súmula ou à jurisprudência domi- nante dos tribunais superiores	78
2.4.3 Dar provimento a recurso de acordo com súmula ou com juris- prudência dominante dos tribunais superiores	81
2.4.4 Decidir os efeitos dos recursos e demais questões	81

2.5	Poderes do relator no reexame necessário.....	82
2.6	Poderes do relator na apelação.....	84
2.7	Poderes do relator no agravo de instrumento.....	85
2.7.1	Inadmitir (não conhecer) ou negar provimento ao recurso.....	86
2.7.2	Converter agravo de instrumento em agravo retido.....	90
2.7.3	Conceder efeito suspensivo.....	97
2.7.4	Conceder efeito <i>ativo</i> (antecipação da tutela recursal).....	98
2.7.5	Requisitar informações ao juízo <i>a quo</i>	100
2.7.6	Intimar o agravado.....	100
2.7.7	Ouvir o Ministério Público.....	103
2.8	Poderes do relator nos embargos infringentes.....	103
2.9	Poderes do relator nos embargos de declaração.....	108
2.10	Poderes do relator no agravo interno.....	112
2.11	Poderes do relator no recurso ordinário.....	114
2.12	Poderes do presidente ou vice-presidente dos tribunais no exame de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	115
2.13	Poderes do relator nos recursos excepcionais.....	118
2.14	Poderes do relator nos agravos para o STF e o STJ.....	119
2.15	Poderes do relator nos embargos de divergência.....	121
2.16	Poderes do relator na ação rescisória.....	123
2.17	Poderes do relator no conflito de competência.....	128
3.	AGRAVO INTERNO.....	129
3.1	Importância do agravo interno na preservação de alguns princípios constitucionais do processo civil.....	129
3.1.1	Princípio da ampla defesa.....	131
3.1.2	Princípio do juiz natural.....	132
3.1.3	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	138
3.2	Nomenclatura.....	144
3.3	Natureza jurídica: recurso.....	147
3.4	Evolução legislativa.....	149
3.5	Requisitos de admissibilidade.....	152
3.5.1	Requisitos intrínsecos.....	153
3.5.1.1	Cabimento.....	153
3.5.1.1.1	O agravo do art. 557, § 1.º, do CPC.....	156
3.5.1.1.2	O agravo do art. 532 do CPC.....	157

3.5.1.1.3	O agravo do art. 545 do CPC.....	157
3.5.1.1.4	O agravo do art. 120, parágrafo único, do CPC	159
3.5.1.1.5	O agravo previsto em legislação extravagante.....	159
3.5.1.2	Incabimento: a regra do art. 527, parágrafo único, do CPC	161
3.5.1.3	Legitimidade para recorrer	175
3.5.1.4	Interesse em recorrer	176
3.5.1.5	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	181
3.5.1.5.1	Desistência.....	182
3.5.1.5.2	Renúncia.....	184
3.5.1.5.3	Aquiescência.....	185
3.5.2	Requisitos extrínsecos	186
3.5.2.1	Tempestividade	186
3.5.2.2	Regularidade formal.....	188
3.5.2.3	Preparo.....	192
3.6	Efeitos.....	201
3.6.1	Efeito devolutivo.....	203
3.6.2	Efeito suspensivo	207
3.6.3	Efeito regressivo.....	210
3.6.4	Efeito expansivo.....	212
3.6.5	Efeito substitutivo.....	214
3.6.6	Efeito translativo.....	216
3.7	Objeto do agravo interno	217
3.8	Procedimento	220
3.8.1	Forma de interposição	222
3.8.2	Juízo de retratação.....	223
3.8.3	Inversão de papéis e interposição de novo agravo	224
3.8.4	Intimação do agravado	225
3.8.5	Relatório e revisão	230
3.8.6	Inclusão em pauta	231
3.8.7	Sustentação oral	235
3.8.8	Julgamento.....	237
3.8.9	Acórdão	239

3.9	Recurso adesivo no agravo interno	243
3.10	Embargos infringentes no agravo interno	246
3.11	Agravo interno e embargos de divergência.....	247
3.12	Incidentes no agravo interno	249
3.12.1	Uniformização de jurisprudência	249
3.12.2	Declaração de inconstitucionalidade	253
3.13	Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado.....	255
3.13.1	Incidência de multa	256
3.13.2	Existência de <i>bis in idem</i>	259
3.13.3	Valor da multa.....	261
3.13.4	Interposição de recurso condicionado ao pagamento da multa...	262
4.	AGRAVO REGIMENTAL	268
4.1	Considerações iniciais	268
4.2	Nomenclatura.....	269
4.3	Natureza jurídica	271
4.3.1	Princípio da taxatividade e os regimentos internos dos tribunais	271
4.3.2	(In)constitucionalidade do agravo regimental	274
4.3.3	Natureza recursal do agravo regimental	276
4.4	Cabimento	278
4.4.1	Decisão interlocutória em processo de competência originária dos tribunais	285
4.4.2	Tutela antecipatória.....	286
4.4.3	Medida cautelar	288
4.4.4	Outras decisões interlocutórias na legislação extravagante	290
4.5	Incabimento	293
4.5.1	Efeito <i>ativo</i> a recurso (antecipação da tutela recursal).....	293
4.5.2	Efeito suspensivo a recurso	295
4.6	Outros requisitos de admissibilidade	298
4.7	Efeitos.....	300
4.8	Procedimento	301
4.9	Agravo interno, agravo regimental e princípio da fungibilidade	302
	BIBLIOGRAFIA	313
	OBRAS PUBLICADAS NESTA SÉRIE	333